

Bulhões: É preciso honrar os compromissos assumidos

SÃO PAULO — O ex-Ministro da Fazenda Octávio Gouvêa de Bulhões condenou o não pagamento, por parte do Brasil, de US\$ 1,6 bilhão referentes a juros da dívida externa. Segundo ele, o País não pode deixar de devolver o que lhe foi emprestado:

— Esta pode parecer uma posição quadrada, mas é assim que penso. Insisto em que a solução para o pagamento da dívida externa passa antes pelo modo interno de proceder do

País. Se conseguirmos soluções eficazes para os problemas da inflação, da dívida interna e do desenvolvimento da economia, vamos poder exigir dos credores melhores condições para o pagamento da dívida externa — salientou Bulhões.

Ele afirmou ontem, durante palestra na Faculdade de Economia da Universidade de São Paulo, que toda a sociedade brasileira precisa arcar com os custos da inflação. Segundo o ex-Ministro, uma forma de distribuir

por igual o fardo inflacionário seria fazer com que os credores internos do Governo, que aplicam grandes somas de recursos no **overnight**, recebam apenas parte da inflação do período. Esse mesmo princípio deve ser aplicado aos salários, que seriam reajustados abaixo da inflação:

— Para fazer isso, no entanto, são necessários um Governo com credibilidade e a certeza, por parte da sociedade, de que se trata de um remédio transitório — alertou.

Segundo o ex-Ministro da Fazenda, atualmente com 83 anos, a inflação cresceu significativamente nos últimos meses devido ao avanço do déficit orçamentário, provocado pela correção diária da dívida interna. Bulhões enfatizou que o atual Governo já não tem credibilidade para combater a inflação, que deverá ser a primeira tarefa do novo Presidente, eleito em novembro:

— É preciso alargar o prazo de financiamento da dívida interna, mas

isso só é possível para um Governo com credibilidade. Com um plano de Governo aceitável pela maioria da população, o próximo Presidente poderá conseguir um alongamento dos prazos de pagamento da dívida interna, por exemplo, decidindo só pagar juros e correção monetária plena para os recursos que permanecerem aplicados pelo prazo de 30 dias — comentou, acrescentando que com a correção monetária plena, não se acaba com a inflação.